

O CINEMA COMO EDUCADOR: VISÕES DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL NAS ATUALIDADES CINEMATOGRAFICAS DO JORNAL PORTUGUÊS (1938-1951)

El cine como educador: visiones de la educación formal, no formal e informal en los noticiarios y documentales del Jornal Português (1938-1951)

Cinema as an Educator: Visions of Formal, Non-Formal and Informal Education in the *Jornal Português*' Newsreels (1938-1951)

Ana Luísa FERNANDES PAZ

UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal

Correo.e: apaz@ie.ulisboa.pt

Recibido: 1 de septiembre de 2022

Envío a informantes: 3 de septiembre de 2022

Aceptación definitiva: 14 de octubre de 2022

RESUMO: Neste artigo tenho por objetivo discutir, a partir das noções de educação formal, não formal e informal, o modo como a máquina de propaganda do Estado Novo Português explorou as diversas formas de ensino-aprendizagem. A partir de uma análise de conteúdo da série de atualidades cinematográficas *Jornal Português* (1938-1951), descrevo e interpreto as modalidades através das quais o Estado Novo procurava estabelecer a representação da educação de um modo mais global e da escola em particular. Embora o regime continuamente exaltasse o advento da escolarização, de modo paradoxal, o cinema de propaganda investe sobretudo na representação e apologia das diferentes possibilidades de educação não formal. Por sua vez, verificou-se alguma dificuldade em indicar exemplos inequívocos de educação informal. Conclui-se que a aposta do Estado Novo se situava no âmbito da educação não formal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação formal; educação não formal; educação informal; trilogia da aprendizagem; noticiários de atualidades; Propaganda.

ABSTRACT: In this article I aim at discussing, based on the notions of formal, non-formal and informal education, the way in which the propaganda machine of the Portuguese New State explored the different forms of teaching and learning. Based on a content analysis of the series of cinematographic current affairs *Jornal Português* (1938-1951), I describe and interpret the modalities through which the Estado Novo sought to establish the representation of education in a more global way and of the school in particular. Although the regime continually extolled the advent of schooling, in a paradoxical way, propaganda cinema invests above all in the representation and exaltation of the different possibilities of non-formal education. In turn, there was some difficulty in verifying ultimate examples of informal education. It is concluded that the Estado Novo bet was located in the scope of non-formal education.

KEYWORDS: Formal education; Non-formal education; Informal Education, Learning trilogy; Newsreels; Propaganda.

RESUMEN: En este artículo pretendo discutir, con base en las nociones de educación formal, no formal e informal, la forma en que la máquina de propaganda portuguesa del Estado Novo exploró las diferentes formas de enseñanza y aprendizaje. A partir de un análisis de contenido de la serie de noticiarios y documentales *Jornal Português* (1938-1951), describo e interpreto las modalidades a través de las cuales el Estado Novo buscó establecer la representación de la educación de manera más global y de la escuela en particular. Si bien el régimen ensalzó continuamente el advenimiento de la escolarización, de manera paradójica, el cine de propaganda invierte sobre todo en la representación y la apología de las diferentes posibilidades de la educación no formal. A su vez, hubo cierta dificultad para señalar ejemplos inequívocos de educación informal. Se concluye que la apuesta del Estado Novo se ubicó en el ámbito de la educación no formal.

PALABRAS CLAVE: educación formal; educación no formal; educación informal; Trilogía de aprendizaje; noticiarios y documentales; propaganda.

i. Introdução

NESTE ARTIGO¹ procuro perceber e discutir o modo como a primeira série portuguesa de atualidades cinematográficas com continuidade, o *Jornal Português: Revista de Atualidades Cinematográficas*², propõe modalidades educativas, no interior dos conteúdos de propaganda.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP., no âmbito da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação — UID/CED/04107/2020.

² Doravante abreviado para *JP*.

Utilizo, para tanto, os conceitos de educação formal, não formal e informal, que revertem, de modo muito geral, de uma teorização sobre os processos de escolarização, mas também de uma tomada de consciência de que a educação acontece também outras instituições e práticas, fora do currículo escolar. De facto, tanto formações organizadas (não necessariamente conduzindo a uma certificação) como, na verdade, todos os processos de ensino e aprendizagem que se situam na esfera essencialmente comunitária, familiar e privada, passam a ser contemplados pelo campo científico da Educação a partir deste aparato conceptual que irrompeu a partir dos anos 1960 e foi essencialmente posta em ação na década de 1980. Pese embora o anacronismo que arrisco com a utilização de uma terminologia posterior, penso com Rancière o uso profícuo desse mesmo anacronismo³.

Se nos propuséssemos com este exercício a realizar uma história do presente, no sentido que Michel Foucault coloca⁴, isso implicaria tomar aquilo que é óbvio e evidente por algo que foi antes apenas uma possibilidade; algo que foi até eventualmente muito discutido; enfim, algo que antes não existia com a forma que conhecemos antes e que em algum momento, e que hoje apenas conhecemos de um modo cristalizado, que se tornou *natural*. E se esse fosse de facto o sentido deste artigo, seríamos aqui tomados de sobressalto, ao verificarmos o modo como a proposta educativa do Estado Novo se aproxima do nosso ideal contemporâneo. De facto, se cogitarmos sobre os atravessamentos das modalidades de educação formal, não formal e informal — tendo em consideração o paralelo com o nosso tempo —, ficaremos surpreendidos: um regime fortemente autoritário, com princípios e valores assumidamente conservadores, coincide no essencial com o pensamento do presente em matéria educativa através do seu noticiário de atualidades. Não se intenta, porém, neste exercício levar a história do presente até às últimas consequências. Ensaia-se antes levar a efeito a arqueologia de uma proposta educativa. Esta diferenciação entre genealogia e arqueologia que aqui se coloca nem sempre foi seguida pelo próprio Foucault e na totalidade da sua obra ora se foi esbatendo, ora se foi retomando⁵.

Ao escolher analisar as atualidades cinematográficas da série *JP*, editadas de 1938 a 1951 por António Lopes Ribeiro — considerado o criador de uma paisagem portuguesa para o cinema —⁶ para a Sociedade Portuguesa de Atualidades Cinematográficas (SPAC), uma agência privada que apenas se dedicava a este produto⁷, é possível perceber alguma unidade discursiva, que pode facilmente ser percebida na imagética. Na sua extensão total de 95 números publicados entre 1938 e 1951,

³ «Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien», *L'Inactuel: Psychanalyse et Culture*, 6 (1996), pp. 53-68.

⁴ *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes, 1987.

⁵ FOUCAULT, M.: *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997, pp. 49-50.

⁶ CORREIA, Luís Miguel: «Monumentos do Salazarismo: Curta-Metragem Retrospectiva», *Cadernos CEIS 20*, Coimbra, 26 (2019), pp. 1-73.

⁷ PIÇARRA, Maria do Carmo: *Salazar vai ao cinema: O Jornal Português de Atualidades Cinematográficas*, Coimbra, Minerva, 2006.

não pude ultrapassar a limitação de me reportar ao cinema — ou a quaisquer fontes que impliquem imagens e sons — através de palavras⁸, pelo que o texto, por mais ensaístico que se reclame, tem sempre um cunho descritivo, o qual me permito assumir desde já. Epistemológica e metodologicamente, este trabalho insere-se numa história cultural, mais especificamente numa história da imagem em movimento, tal como tem vindo a ser realizado um pouco por toda a península ibérica⁹, alinhando-me aqui em particular com o grupo de trabalho liderado por Eulàlia Collelldemont¹⁰.

Este artigo procura, deste modo, contribuir para um melhor conhecimento do uso do cinema como tecnologia educativa, tendo em conta a sua apropriação e manuseamento durante o governo do Estado Novo. O texto inicia-se com uma breve discussão dos principais conceitos usados e subjacentes a este campo empírico, seguida de um breve estado da arte sobre esta temática, reivindicando que existe uma *falta* notória de trabalhos científicos quer em história da educação, quer na própria história do ensino e educação artística, em que o cinema pouco tem sido considerado. Seguem-se as notas metodológicas, em que se explicita sumariamente o procedimento de recolha e análise de dados. A apresentação e discussão dos dados divide-se nos três grandes temas de educação formal, não formal e informal. Verifica-se assim a desigualdade da importância atribuída a cada uma destas modalidades. Busco, nesta apresentação, interpretação e, sempre que possível, introspeção e contextualização das atualidades cinematográficas, introduzir uma reflexão mais global, que permita dar conta da ligação entre propaganda, cinema e a trilogia educativa.

2. Educação formal, não formal e informal

A crise da escola, que o Ocidente do mundo atravessa desde a década de 1960 implicou a reconfiguração das modalidades educativas e do modo como as

⁸ Warmington, P.; VAN GORP, A. e GROSVENOR, I.: «Education in motion: uses in documentary film in educational research», *Paedagogica Historica*, 47(4) (2011), pp. 468-470.

⁹ TORRALBA, L. R. (coord.): *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

¹⁰ ARAEF - Análisis de las representaciones audiovisuales de la educación en documentales y noticiarios durante el franquismo, coordinado por Eulàlia Collelldemont Pujadas (Facultad de Educación, Traducción y Ciencias Humanas, Universidad de Vic — Catalunya, Spain); COLLELLEDMONT, E.: «Educar, una deriva del verb propagar. La representació de l'educació en els films del període de la Dictadura de Primo de Rivera», *Temps d'Educació*, Barcelona, 53 (2017), pp. 245-268; COLLELLEDMONT, E. e CASANOVAS, J.: «Los documentales y noticiarios como texto de apertura para pensar la educación estético-política», *Historia y Memoria de la Educación*, Madrid, 5 (2017), pp. 469-487. DOI: 10.5944/hme.5.2017.16635; GÓMEZ, A. e CASANOVAS, J.: «Orientaciones metodológicas para el análisis fílmico: su aplicación en un documental de 1928», *Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, Campinas, 3(1) (2017), pp. 34-48. DOI: 10.20888/ridphe_r.v3i1.7746; PRAT, P.; GÓMEZ, A.; CASANOVAS, J.; CARRILLO, I.; PADRÓS, N. e COLLELLEDMONT, E.: «L'educació representada als documentals de propaganda a Espanya (1914-1939)», *Educació i Història*, Barcelona, 31 (2018), pp. 35-57. DOI: 10.2436/20.3009.01.201

encaramos. No cruzamento entre a Teoria da Educação e a emergência da temática científica de Formação de Adultos, tem havido um movimento de valorização das modalidades educativas que extravasam a sala de aula, bem como da «delimitación de funciones y tareas educativas que competen a diferentes profesionales»¹¹. Deste modo, houve a necessidade de formular conceitos abrangentes, capazes de enquadrar processos educativos diferenciados. Entende-se, nesta perspetiva, que estes processos se podem encontrar na escola, mas também muito para além dos seus muros. Nascem, assim, os conceitos transversais de educação formal, não formal e informal.

Educação formal é assim apelidada não apenas por se inserir no sistema de ensino e pelo seu carácter institucional — em que as tarefas educativas estão a cargo de profissionais especializados —, mas também por obedecer a uma estrutura hierarquizada e de carácter oficial. A educação não formal tem sido assim designada não por ser uma antítese da primeira, mas antes porque partilha várias características e processos com a educação formal, embora se realize fora do âmbito do sistema educativo. Conforme Thomas La Belle manifestou, não obstante esta proximidade, há pelo menos «quatro elementos» inequívocas da educação não formal: estrutura ou organização em ambiente não escolar, especificidade das experiências e orientação para setores específicos da sociedade¹². Percebe-se então que mais do que caracterizar os processos educativos, o esforço de conceptualização tem procurado estabelecer os critérios no interior dos quais se torne evidente a diferenciação educativa. Para Jaume Trilla Bernet, os critérios principais devem ser objeto de uma reflexão profunda, pois mesmo elementos que parecem evidentes, como a «intencionalidade do agente» ou o «carácter metódico ou sistemático do processo», dificilmente diferenciam educação formal e não formal; assim como a sistematicidade do processo educativo também não poderá excluir à partida a educação informal¹³.

A constatação de uma invisibilidade de certos formatos educacionais que estão além da escola e a legitimação da importância dos próprios conhecimentos não escolares sustentam a desocultação destas modalidades, que podem ser consideradas no âmbito de «outras educações»¹⁴, assim sendo comparáveis à própria «face não visível da Lua», na feliz formulação de Rui Canário¹⁵.

Na verdade, o esforço de clarificação de cada uma destas modalidades tem ocupado os teóricos da Educação até aos dias de hoje. Em particular, as propostas de Alan Rogers vieram revolucionar esta discussão, uma vez que este autor

¹¹ SOTO FERNÁNDEZ, José Roberto e ESPIDO BELLO, X. Eva: «La educación formal, no formal e informal y la función docente», *Innovación Educativa*, Cidade do México, 9 (1999), p. 311.

¹² SOTO FERNÁNDEZ e ESPIDO BELLO: «La educación...», pp. 312-313.

¹³ *Id.*, *ibid.*, p. 313.

¹⁴ TRILLA BERNET, Jaume: *Otras Educaciones: Animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa*, Barcelona, Editorial Anthropos, 1993.

¹⁵ CANÁRIO, Rui, «Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal», em LIMA, L.; PACHECO, J. A.; ESTEVES, M. e CANÁRIO, R.: *A Educação em Portugal (1986-2006)*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2006, pp. 159-206.

considera «que a distinção entre formal, não-formal e informal em educação é largamente administrativa»¹⁶, chegando mesmo a colocar a tónica na *aprendizagem* e não na educação: «All education is learning, but not all learning is education»¹⁷. Ainda assim, a convocação de cenários em que observamos apenas os materiais e não os atores sociais, nas suas reações e no modo como as aprendizagens se desenvolvem, torna a interpretação mais especulativa. Por esta razão, se falará aqui em «educação» formal, não formal e informal, e só raramente em «aprendizagem».

3. Uma lacuna na literatura

O caráter educativo das atualidades cinematográficas e a representação da educação que nelas se deixaram são temas praticamente omissos na literatura sobre o cinema como processo educativo em Portugal. Este caminho tem todavia sido trilhado em diferentes trabalhos, quer da área da História, quer da Educação, dentro e fora do país. Transversalmente a estas abordagens disciplinares, encontramos essencialmente duas aproximações diferenciadas ao mesmo objeto. De uma parte, tem sido operada uma análise e interpretação de filmes realizados no âmbito de ditaduras e regimes autoritários ou totalitaristas, em processos investigativos que obrigam a um aprofundamento dos conhecimentos contextuais e técnicos sobre cinema. De outra parte, observa-se o reconhecimento, análise e interpretação das imagens em movimento, tendo em consideração a sua potencialidade educativa¹⁸. Passamos então em revista cada uma delas, de modo sintético.

No caso da literatura que tem como problema o desvelamento dos mecanismos de propaganda do Estado Novo, o cinema tem suscitado alguma atenção no âmbito da história contemporânea. É preciso, ainda assim, reconhecer que não existiu até ao momento uma história cultural que procurasse compreender os conteúdos propriamente artísticos do cinema realizado durante a vigência de Oliveira Salazar. Limitando esta indagação às atualidades cinematográficas, verificamos que há muito que a historiografia política se tinha reportado a este veículo ideológico do Estado Novo. Deste modo, na sequência dos trabalhos historiográficos sobre documentarismo¹⁹, Maria do Carmo Piçarra²⁰ realiza a mais completa e aprofundada análise do *Jornal Português* e de uma série outros materiais

¹⁶ ALVES, Mariana Gaio: «As dimensões formal, não-formal e informal em educação: visibilidade, relevância e reinvenção na pesquisa e ação educativas», *Media@ções: Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*, Setúbal, 2(2) (2014), p. 118.

¹⁷ ROGERS, Alan: «The Classroom and the Everyday: The Importance of Informal Learning for Formal Learning», *Investigar em Educação*, II.ª Série, 1 (2014), p. 7.

¹⁸ COLLELLEDMONT, Eulàlia e VILANOU, Conrad (coords.): *Totalitarismos europeos, propaganda y educación*, Gijón, Ediciones TREA, 2000.

¹⁹ PAULO, H.: «Documentarismo e propaganda: as imagens e os sons do Regime», em TORGAL, L. R. (coord.): *O cinema sob o olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 92-135.

²⁰ PIÇARRA: *Salazar vai ao cinema*; PIÇARRA, Maria do Carmo: *Projetar a ordem: Cinema do povo e propaganda salazarista*, Lisboa, Pássaros, 2020.

fílmicos, trazendo à liça o caráter educativo da propaganda, mas sem nunca se debruçar especificamente sobre o seu caráter educacional.

O cinema como ferramenta pedagógica tem vindo a ser explorado em numerosos trabalhos, em particular no Brasil, onde o visionamento e discussão de filmes em contexto de sala de aula constitui uma prática relevante em todos os níveis de ensino. O cinema integra-se assim nas práticas pedagógicas do sistema de ensino formal e, como tal, uma parte importante da literatura tem procurado ora demonstrar a sua eficácia e eficiência, ora descrever práticas relevantes para professores, alunos e comunidade educativa. Já o cinema como modalidade de uma educação não formal tem sido um tema pouco explorado na literatura em Educação, pese embora algumas aproximações ao caráter educativo do cinema.

Na História da Educação portuguesa, o cinema tem sido um tema praticamente omissa, panorama contrastante com a congénere historiografia ibérica, europeia, ocidental²¹. Por sua vez, tentativas de aproximar o plano historiográfico a uma história da educação mais preocupada com processos artísticos tem também contemplado, mesmo que só tangencialmente, as atualidades cinematográficas²². Susana Cabral, por exemplo²³, procurando enquadrar as modalidades educativas do ensino artístico, acaba por ressaltar o cinema do Estado Novo como modalidade de educação formal.

Tem existido, todavia, por parte da história cultural e dos estudos pós-coloniais, uma tentativa de refletir sobre o modo educativo do cinema, mas sempre lateralmente ou a título suplementar. A lacuna na literatura da História da Educação contrasta com a prolixidade e aprofundamento a que este tema foi sujeito no contexto peninsular, especialmente na última década²⁴.

²¹ MARTINS, Catarina; CABELEIRA, Helena e Ó, Jorge Ramos do: «The Other and the Same: images of rescue and salvation in the Portuguese documentary film Children's Parks (1945)», *Paedagogica Historica*, 47(4) (2011), pp. 491-505; CABELEIRA, Helena, MARTINS, Catarina e LAWN, Martin: «Indisciplines of inquiry: The Scottish Children's Story, documentary film and the construction of the viewer», *Paedagogica Historica*, 47(4) (2011), pp. 473-490, DOI: 10.1080/00309230.2011.588399

²² PAZ, Ana Luísa: «A construção da memória histórica pelas atualidades cinematográficas: uma outra história da educação pela sétima arte?», *Temps d'Educació*, Barcelona, 62 (2022), pp. 35-52; PAZ, Ana L. F. y CEREJO, Pedro V.: «La imagen de Franco como Otro en el Jornal Português (1938-1952): relaciones ambiguas de propaganda en la pantalla grande», em COLLELLEDMONT, E. e VILANOU, C. (coords.): *Totalitarismos europeos, propaganda y educación*, Gijón, Ediciones TREA, 2020, pp. 243-260.

²³ CABRAL, Susana: *Educação Não Formal e Ensino Artístico no Estado Novo — Entre paradigmas* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2016), pp. 92 e ss.

²⁴ *Inter alia*, COLLELLEDMONT, E.: «Educar, una deriva del verb propagar. La representació de l'educació en els films del període de la Dictadura de Primo de Rivera», *Temps d'Educació*, Barcelona, 53 (2017), pp. 245-268; COLLELLEDMONT, E. e CASANOVAS, J.: «Los documentales y noticiarios como texto de apertura para pensar la educación estético-política», *Historia y Memoria de la Educación*, Madrid, 5 (2017), pp. 469-487. DOI: 10.5944/hme.5.2017.16635; GÓMEZ, A. e CASANOVAS, J.: «Orientaciones metodológicas para el análisis fílmico: su aplicación en un documental de 1928», *Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, Campinas, 3(1) (2017), pp. 34-48. DOI: 10.20888/ridphe_r.v3i1.7746; PRAT, P.; GÓMEZ, A.; CASANOVAS, J.; CARRILLO, I.; PADRÓS, N. e COLLELLEDMONT,

4. Metodologia

Esta investigação segue uma linha já traçada na historiografia ibérica da educação, que desde cedo reconheceu que uma forma «holística de perscrutar os documentários e noticiários implica uma triangulação entre imagem, discurso oral e sonoridade»²⁵. Na esteira destas investigações e tendo em conta a experiência de trabalhos anteriores com o *JP*²⁶, a análise temática dos filmes foi operada em dois momentos.

No primeiro momento, foi estudado o contexto dos filmes, seguindo-se uma análise mais aprofundada da série *JP*. Foram, para esse efeito, assistidos todos os 95 números. Durante essa fase, a viabilidade das categorias temáticas de educação formal, não formal e informal foi testada, tendo concluído que apesar da dificuldade e do desequilíbrio entre cada uma delas, pelo menos era possível verificar uma variedade e complexidade de ambientes e atividades educativas. Também neste exercício foram esboçadas as subcategorias, seguindo ainda o procedimento de extrair notas em diário de campo durante e depois do visionamento. Mais tarde, algumas destas notas foram recuperadas para a reconstituição de sentido e no estabelecimento de uma leitura interpretativa.

Numa segunda fase, operacionalizou-se a seleção, divisão e análise dos excertos mais significativos, levando a cabo, sempre que necessário, a «transcrição de fragmentos». Por último, cruzaram-se também as observações sobre a relação entre a narração e a imagem, bem como sobre a sonoridade, onde se cabimenta o acompanhamento musical. Embora já o tivesse realizado noutro contexto, optei desta vez por abdicar de alinhar as categorias com tempos de transmissão, visto que se assumia de largada a diferente representatividade de cada uma das modalidades²⁷.

Por último, para garantir a sistematicidade da análise, optei por apresentar os dados, sempre que possível, em tabelas. Todavia, para não tornar demasiado o texto demasiado extenso, reduzi ao mínimo os elementos patentes no corpo do artigo, uma vez que considerei mais importante reportar-me apenas aos exemplos mais significativos.

E.: «L'educació representada als documentals de propaganda a Espanya (1914-1939)», *Educació i Història*, Barcelona, 31 (2018), pp. 35-57. DOI: 10.2436/20.3009.01.201

²⁵ PAZ, Ana Luísa: «Propaganda para uma educação da amizade ibérica: a visita oficial do Generalíssimo a Portugal em 1949 nas atualidades cinematográficas», *História Unisinos*, 26(4) (2022, no prelo), p. [9].

²⁶ PAZ e CEREJO: «La imagen de Franco como Outro...»; PAZ: «A construção da memória histórica...».

²⁷ COLLELDEMONT e CASANOVAS: «Los documentales y noticiarios como texto...», p. 481; tradução minha (doravante t. m.)

5. Visões da educação durante o Estado Novo

5.1. Educação formal

Neste âmbito, a investigação sistemática traz uma visão bem diferente daquela que tinha sido a impressão causada pelo visionamento destes materiais, quando as perguntas e objetivos de investigação eram outros e não contemplavam o tema da escola durante o Estado Novo. Com efeito, durante o visionamento destes noticiários de atualidades realizado noutros âmbitos investigativos, guardara a impressão de que raramente uma escola surge na paisagem do *JP* ao longo de todo o período de vigência deste meio de comunicação ao serviço do Estado²⁸. Ficara com a notória impressão de que quando aparecem escolas, se trata de um momento de disrupção da normalidade. Esta impressão ficou inteiramente demonstrada, pois sempre que a câmara capta movimentos numa escola, se trata invariavelmente de uma cerimónia ou festividade. Nunca por nunca temos um quadro realista de uma sala de aula.

O Quadro I mostra porém que, embora não seja um tema tão abundante quando a retórica salazarista poderia indicar, o tema da escolarização dos portugueses tem afinal lugar cativo no *JP*.

QUADRO I. Educação formal no *JP*

<i>JP</i> n.º	Data	Título	Descritores
2	c.28/03/1938	O 55.º aniversário de A Voz do Operário	Primário
2	c.28/03/1938	Os estudantes de Coimbra em Lisboa	Universitário
3	c.02/06/1938	Uma festa na Escola Naval, no Alfeite	Militar
4	c.26/08/1938	Uma festa infantil em Almada	Primário
4	c.26/08/1938	A festa anual dos Pupilos do Exército	Militar
5	c.08/12/1938	O novo liceu Filipa de Lencastre	Secundário
5	c.08/12/1938	Cinquenta anos de foot-ball	Reeducação
7	c.14/03/1939	O aniversário da A Voz do Operário	Primário
7	c.14/03/1939	A Exposição do Mundo Português	Secundário
7	c.14/03/1939	Uma festa nos Pupilos do Exército	Militar
8	c.27/04/1939	Uma festa de ginástica	Ed. Física
8	c.27/04/1939	Uma comemoração histórica em Santarém	Secundário

²⁸ PAZ e CEREJO: «La imagen de Franco como Outro...»; PAZ: «A construção da memória histórica...»; PAZ: «Propaganda para uma educação da amizade ibérica»; PAZ, Ana Luísa: «Uma pedagogia invisível da amizade ibérica nos noticiários de atualidades portugueses: o caso da cultura e das artes», *Atas CIHELA 2020*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2023, no prelo.

9	c.22/06/1939	O Instituto dos Pupilos do Exército festeja o seu 28.º aniversário	Militar
19	c.08/08/1940	A festa anual dos Pupilos do Exército	Militar
27	c.03/07/1941	Uma festa na Escola Militar	Militar
27	c.03/07/1941	A queima das fitas em Coimbra	Universitário
32	c.27/05/1942	139.º aniversário do Colégio Militar	Militar
32	c.27/05/1942	O 31.º Aniversário dos Pupilos do Exército	Militar
38	c.02/08/1943	Juramento de bandeira da Escola Naval	Militar
45	c.26/05/1944	Estudantes espanhóis em Portugal	Universitário
66	c.15/04/1947	Madrid. Doutoramento «Honoris Causa» do Prof. Caeiro da Mata	Universitário
77	c.16/07/1948	Homenagem da Universidade de Coimbra ao sr. Presidente do Conselho	Universitário
78	c.11/08/1948	Novas escolas da CML	Primário
87	c.15/11/1949	A visita a Portugal do Generalíssimo Franco. II	Universitário
93	c.28/12/1950	Os exercícios finais da Escola Prática de Engenharia. 1950	Politécnico

Fonte: *Jornal Português*.

Globalmente, e numa primeira análise da incidência cronológica, verifica-se que o tema da escola ocupa sobretudo o ano de 1938. Só nesse ano, reportamos a publicação de sete curtas-metragens sobre escolas. Esse número diminui ligeiramente para seis no ano seguinte e, de 1940 em diante, apenas um ou dois números por ano incidem sobre este tema. Alguns anos, como os de 1945, 1946 e 1951 não evidenciam mesmo qualquer preocupação com a educação formal. Podemos então afirmar com segurança que os dois anos iniciais do JP aglomeram a maior parte da propaganda sobre os ambientes escolares, sendo os tempos de guerra e pós-guerra mais parcus nestas considerações. O alinhamento com as políticas públicas parece, a este respeito, ser total, uma vez que a partir de 1940, dando-se por consolidada a obrigatoriedade de frequência escolar, o repto da escolarização, sobretudo no nível primário, perdeu a urgência anterior. Passou-se então a tratar como central a militarização da população, mesmo a infantil.

Neste ínterim, como veremos numa análise temática mais detalhada, encontramos a escola como um mote mais global, que é possível divisar em diferentes níveis e setores, tais como o ensino primário (obrigatório), secundário e universitário (de elite), sem descuidar a institucionalização, quer a que tinha como objetivo a reinserção, como que prendia garantir a militarização.

No que respeita ao ensino primário, que nesta época correspondia obrigatoriamente a três anos de escolaridade para meninas e quatro anos para crianças do sexo masculino — independentemente de género, vocação ou talento — o

programa do Ministério da Educação Nacional (MEN) era desde sempre o mais ambicioso em termos numéricos. Conforme a literatura crítica tem insistido, o currículo do Estado Novo propunha uma educação mais simplificada e menos audaciosa do que os programas anteriormente sancionados pelos diversos governos da Primeira República, em particular a chamada Reforma de Jaime Camoesas. O que faltava em profundidade de conteúdos e extensão de temáticas era compensado com um *superavit* de mecanismos de consolidação da obrigatoriedade de frequentar a escola primária. Desde logo, a contratação de regentes — pessoal não habilitado que era agora arregimentado em troca de um baixo pecúlio —, bem como um ambicioso projeto de ampliação do parque escolar a todo o território nacional, mesmo nos lugares mais recônditos. Mostram as estatísticas que só na década de 1940 se cumpre perfeitamente a escolaridade compulsiva para as crianças do género masculino e feminino, na faixa etária dos 6-10 anos. Apesar disto, a ampliação de estruturas nunca foi plenamente alcançada²⁹. Nestas circunstâncias, contrasta a veemência das políticas públicas, dos discursos de Salazar e dos ministros da Educação Nacional, com a quase inexistência de ambientes escolares de nível primário, e, muito em particular, do setor público.

Neste sentido, ao longo de toda a longa série do JP — embora também ela não tão regular quanto tinham almejado os seus fundadores — temos de esperar pelo ano de 1948, para assistir a uma inauguração, desta feita das escolas da Câmara Municipal de Lisboa. Antes, apenas uma vaga menção às crianças de Almada em idade escolar, que participam de um desfile. O que pode significar esta ausência? Um excesso de significação? Uma batalha que o Estado Novo já tinha «ganho»? Um desinteresse por parte de António Lopes Ribeiro?

O ensino primário privado surge pela imagem da Escola Oficina n.º 1, virtualmente arrancada da influência anarquista e mantida sob a égide da Maçonaria e tornada — talvez por isso — um triunfo do Estado Novo³⁰. Com efeito, a modernidade pedagógica, a influência da Escola Nova e a nova pedagogia explorada pelo setor mais conservador e afeto ao regime de Salazar, reclamaram para si uma versão depurada dos princípios pedagógicos que já se praticavam, com bons resultados, nesta escola do ensino particular e cooperativo.

Já no que diz respeito ao ensino secundário, as referências do JP se cingem apenas aos liceus na geografia da capital. Salienta-se a inauguração da escola secundária feminina Liceu Filipa de Lencastre, onde se mostram os corpos docilizados das filhas das elites alfacinhas num edifício novo, de linhas claras e puras da «arquitetura do nosso tempo»³¹, rodeadas de pessoal docente, funcionárias e também duas médicas. A medicalização da escola, forma de racionalização da

²⁹ CANDEIAS, António (dir. e coord.); PAZ, Ana e ROCHA, Melânia: *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: Os censos e as estatísticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª ed., 2007; GOMES, Pedro e MACHADO, Matilde: «A escolarização em Portugal no princípio dos anos 40: uma análise quantitativa», *Ler História*, Lisboa, 79 (2021), pp. 135-164.

³⁰ CANDEIAS, António: *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1, 1905-1930*, Lisboa, Instituto de Educação Educacional, 1994.

³¹ JP, n.º 6.

escola enquanto instrumento do Estado, desdobrava-se agora numa nova fase securitária.

A menção ao Liceu D. João de Castro integra já uma visão diferente da escola, sendo apenas aludido no âmbito do Comissariado para a Exposição do Mundo Português, esse sim, um importante evento organizado pelo Secretariado de Propaganda Nacional. Sublinho ainda a breve menção a uma escola particular, a Academia Portuguesa, sita em Santarém, pela participação dos seus alunos no desfile da comemoração histórica desta cidade, ao lado, por exemplo, da Mocidade Portuguesa.

Podemos então afirmar, perante a sistematicidade dos dados sobre a presença da imagem da escola no JP, que se trata de uma informação rara e esparsa, em que nunca se verifica qualquer visão do quotidiano. Ao mesmo tempo, a representação da escola oficial prima sempre pelos valores de civilidade, higiene e modernidade.

É porém no âmbito das escolas de ensino militar que o *Jornal Português* mais se exubera, com um total de cinco peças sobre o Instituto Pupilos do Exército (destacadas no Quadro I), duas versando o Colégio Militar e, finalmente, também duas sobre a Escola Naval. Em todas estas curtas-metragens, a festa é sempre o móbil e conta com a participação dos próprios alunos nos desfiles, nos saraus de ginástica, numa representação idílica da vida estudantil e sem qualquer comparação com os dias comuns. Contam quase sempre com a assistência e discursos do chefe de estado ou de uma eminente personalidade política. Por exemplo, se nos centrarmos em «Uma festa nos Pupilos do Exército», com data de censura de 14 de março 1939, verificamos que a tónica se situa nos diferentes «divertimentos» que são proporcionados pelas comemorações institucionais, e que permitem que os alunos privem com as meninas do Instituto Feminino de Odivelas. A valorização dos ambientes escolares de internato é, nestas circunstâncias, prevalecente para as instituições militares, pois apenas uma vez, e a propósito da participação da equipa Casapiana na comemoração retratada em «Cinquenta anos de football», se refere esta secular instituição³².

Assim, mais do que uma insistência nas escolas militares, sublinha-se assim a *naturalização* de uma cultura visual em que crianças são como que homúnculos, mas, desta feita, homúnculos militarizados, capazes de mostrar a destreza dos corpos e das almas para enfrentar todas as batalhas necessárias. É aliás a todas os títulos curioso que até setembro de 1939 se publicaram praticamente todas as atualidades cinematográficas com clara menção às escolas militares. De facto, até essa data, o regime de Salazar mostra-se dúbio com relação ao país vizinho, mergulhado desde 1936 numa guerra entre apoiantes do regime republicano e os defensores do golpe militar protagonizado por Francisco Franco. Era importante, nestas circunstâncias, acalentar a possibilidade de um conflito armado contra «os vermelhos». Com o termo da guerra na Península e a eclosão do novo conflito de escala global em setembro de 1939, o regime de Salazar aposta numa política

³² JP, n.º 5, c.08/12/1938.

de neutralidade, fazendo da paz a sua arma. Neste aspeto, o conteúdo do *Jornal Português* não poderia estar mais alinhado.

É ainda de referir que o ensino técnico especializado é representado apenas de modo bastante esparsa e de modo algum representativo dos diferentes ramos e possibilidades formativas que, ao longo do Estado Novo, se foram configurando no sistema educativo português. Assim, «Uma festa de ginástica»³³ na então Escola de Educação Física, com uma demonstração de ginástica muito similar às que encontramos a propósito das escolas militares, reitera a ligação com esse tipo de instituições. Visualmente, é mais uma vez demonstrada, em cada peça do JP o contributo da educação física como «oficina do coletivo»³⁴.

Por sua vez, «Os exercícios finais da Escola Prática de Engenharia. 1950» publicado no último número do *Jornal Português* desse ano, é uma das poucas notícias desde toda a década de quarenta em que figuram escolas.

Se inicialmente o ensino para jovens adultos estava pouco representado, a década de 1940 e os poucos números da década de 1950 marcam a mudança para este nível de ensino. Em 1938, são apresentados estudantes universitários pertencentes ao Orfeon da Universidade de Coimbra³⁵, a escola de ensino superior por excelência do Estado Novo. Mais tarde, «A queima das fitas em Coimbra»³⁶ mostra novamente, sem discriminar cursos ou destino social, os estudantes desta universidade. São invariavelmente homens, brancos, vestidos de calça e casaca. Todo este repertório imagético ajuda ainda a cimentar a reconfiguração de uma tradição académica e, neste sentido, o Estado Novo serviu de catalisador da passagem de hábitos a tradições³⁷.

O alinhamento dos regimes de Lisboa e Madrid durante a II Guerra fora saldado a custo, e apenas oficialmente com a célebre ‘Entrevista de Sevilha’, quando Salazar visitou Franco no Real Alcazar para alcançarem um acordo de paz duradoura entre os países ibéricos. Em 1944, já se verifica essa clara inflexão nas relações com Espanha. Nesse contexto, o JP dedica uma curta aos «Estudantes espanhóis em Portugal»³⁸, saudando o intercâmbio. Neste mesmo sentido, o *Jornal Português* lançado após abril de 1947 integra a peça «Madrid. Doutoramento “Honoris Causa” do Prof. Caeiro da Mata», em que se assinala o reconhecimento pela Universidade de Madrid do Ministro da Educação Nacional demissionário³⁹. Já anteriormente, em 1938, o antigo jurista, que passou os regimes monárquico, republicano, e estadonovense, fora agraciado com o título de Honoris Causa pela

³³ JP, n.º 8, c.27/04/1939.

³⁴ CARVALHO, Luís Miguel: *Oficina do Coletivo: Narrativas de um grupo de disciplina de Educação Física (1968-1986)*, Lisboa, EDUCA / Sociedade Portuguesa de Educação Física, 2002.

³⁵ JP, n.º 2, c.28/03/1938.

³⁶ JP, n.º 27, c.03/07/1941.

³⁷ HOBBSAWM, E. J.: *Tradições inventadas*, Lisboa, Ministério da Educação / Direção-Geral dos Desportos, 1998.

³⁸ JP, n.º 2, c.26/05/1944.

³⁹ JP, n.º 66, c.15/04/1947.

Universidade de Bordéus⁴⁰, sendo agora publicamente reconhecido o seu trabalho pela academia portuguesa.

Logo no ano seguinte, será Salazar, o filho dileto de Coimbra, a ser o protagonista do percurso escolar. «Homenagem da Universidade de Coimbra ao sr. Presidente do Conselho» marca uma imagem dúbia, da qual o ditador nunca abdicou. Apesar da sua iconofobia⁴¹, o antigo professor de Economia Política e Finanças Públicas na Universidade de Direito da Universidade de Coimbra⁴² deixou que a propaganda usasse a sua imagem, nomeadamente como académico. Foram especialmente importantes, na criação da imagem do ditador, a montante, as entrevistas realizadas pelo jornalista António Ferro e, a jusante, a criação de um reportório imagético por António Lopes Ribeiro e por Leitão de Barros. «Salazar, modesto cidadão de Coimbra», capa do jornal *Notícias Ilustrado*, de fevereiro de 1935 é um dos exemplos mais icónicos desta propaganda do *chefe*⁴³.

Finalmente, ressalta-se em 1949 o doutoramento *honoris causa* atribuído a Francisco Franco pela Universidade de Coimbra, numa cerimónia tratada de modo diferenciado nas atualidades cinematográficas de Portugal e de Espanha⁴⁴. Afastando por breves momentos o pesado significado político deste evento, do ponto de vista estritamente educacional, salienta-se a comitiva de estudantes que, às portas de Coimbra, espera e escolta o *Caudillo* até à sala de atos da Universidade. A comitiva de estudantes deslocava-se em moto, pelo que podemos facilmente depreender o carácter socialmente favorecido desta entusiasmada escolta estudantil. Dentro da sala de atos, o protocolo académico preenche a imagem, enquanto o narrador dá conta dos principais desenvolvimentos. Inacessível à maioria dos espectadores, este ritual sombrio e rigoroso, marca o duplo poder do político reconhecido pelo campo académico. Pese embora o carácter farsante que hoje é atribuído a este ato, que marca mais a conciliação política do que a legitimação do Generalíssimo nas portas da academia, na época esta foi uma importante jogada na manutenção da Paz Ibérica.

Como bem se pode ver, de 1938 a 1951, mesmo com pouco material fílmico a incidir sobre ambientes escolares, podemos divisar as diferentes estratégias de propaganda do próprio sistema de ensino. Desde o gáudio do regime pela dominação da Escola Oficina n.º 1 — a qual chegou a estar fortemente influenciada pela visão anarquista e pela Escola Nova —, até à insistência nas formações militares, finalizando ainda com um retorno à universidade, há toda uma pequena história de

⁴⁰ LEMOS, Mário Matos e: «Caeiro da Mata em Vichy», *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 18/19 (2008-2009), pp. 311-364.

⁴¹ GIL, Isabel Capelo: «Celluloid consensus: A comparative approach to film in Portugal during World War II», em MUÑOZ-BASOLS, J.; DELGADO MORALES, M. e LONSDALE, L. (eds.): *The Routledge Companion to Iberian Studies*, Londres, Routledge, 2017, p. 501.

⁴² VALÉRIO, Nuno: «Introdução», em SALAZAR, António de Oliveira: *O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos, 1916-1918*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, p. XI.

⁴³ Veja-se MATOS, Helena: *Salazar. A Propaganda, 1934-1938*, Lisboa, Temas & Debates / Círculo de Leitores, 2010, pp. 92 e ss.

⁴⁴ PAZ e CEREJO: «La imagen de Franco como Outro...».

medição de forças que o *Jornal Português* testemunha e manifesta. Ainda assim, conforme poderemos contrastar com o que de seguida se apresenta, a educação formal é uma modalidade minoritária na representação das atualidades cinematográficas de António Lopes Ribeiro.

5.2. Educação não formal

No que respeita à educação não formal, considerada por muitos autores como aquela na qual se deveria investir mais, verificamos que a propaganda do Estado Novo não discordaria destas premissas. Claramente, é na educação não formal que estão postos todos os trunfos da educação portuguesa. Esse lance é operacionalizado de dois modos, sobre os quais haverá que discorrer desde já.

Assim, por uma parte, o próprio cinema constitui-se como uma proposta de educação não formal⁴⁵. Não será difícil demonstrar o quanto os homens do regime e, em particular na órbita do Secretariado de Propaganda Nacional, reformado para Secretariado Nacional de Propaganda em 1944 (SPN/SNI), entendiam a o cinema como um importante meio de persuasão, educação e até mesmo moldagem dos cidadãos, constituindo-se assim o cinema como uma modalidade devidamente estruturada, como que se tratasse de um currículo, embora sem conduzir a uma certificação⁴⁶. Por outra parte, também nas películas se discorre, descreve, representa e recria uma diversidade de modalidades da educação não formal. Opta-se, deste modo, por separar ambas as estratégias de apresentação, uma centrada no cinema, a outra incidindo sobre aquilo que é representado.

5.2.1. A educação não formal: pervasiva e eterna

O vasto espetro de exemplos variados e até complexos de ambientes de educação não formal obriga a tomar a decisão de evitar, neste ponto, a exaustividade e seguir a representatividade. Com efeito, o Quadro II apenas apresenta exemplos significativos, mas não é de modo algum totalizante. Dificilmente um número do JP passa em branco na exemplificação deste tipo de educação, pelo que se optou por mostrar diferentes possibilidades:

QUADRO II. *Exemplos de educação não formal no JP*

n.º	Data	Título	Subcategoria
2	c.28/03/1938	O Carnaval de 1938	Desfiles e paradas
3	c.02/06/1938	Visões da guerra química em Barcarena	Ensino de Ciências

⁴⁵ CABRAL: «Educação Não Formal e Ensino Artístico no Estado Novo», pp. 92 e ss.

⁴⁶ PAZ e Ó: «O espetador é um ser passivo».

5	c.08/12/1938	Outro parque infantil	Outras escolas
8	c.27/03/1939	Uma comemoração histórica em Santarém	Desfiles e paradas
8	c.27/03/1939	A atividade do Museu de Arte Antiga	Museus e Património
9	c.22/06/1939	O cortejo folclórico de Aveiro	Folclore e tradições
10	c.25/07/1939	A nossa terra. Vila do Conde e o 4.º centenário da sua igreja matriz	Museus e Património
11	c.13/10/1939	Ranchos regionais. Os esticadinhos	Folclore e tradições
12	c.21/12/1939	Exposição Marítima do Norte	Museus e Património
14	c.02/05/1940	Exposição do material de Serviço Anti-Sazonático	Ensino de Ciências
14	c.02/05/1940	A procissão do Senhor dos Passos da Graça	Desfiles e paradas
15	c.20/05/1940	O Dia do Lusito	Desfiles e paradas
41	c.16/11/1943	Uma colónia balnear infantil	Educação infantil
17	c.29/06/1940	<i>Série Especial da Comemorações Centenárias</i>	Desfiles e paradas
23	c.02/01/1941	A comemoração da Batalha do Salado	Desfiles e paradas
23	02/01/1941	A inauguração da estátua de Pedro Álvares Cabral	Museus e Património
31	c.27/05/1942	A Semana Santa em Braga	Desfiles e paradas
37	c.26/04/1943	O Jardim Zoológico de Lisboa	Ensino de Ciências
39	c.09/09/1943	A exposição de arte popular em Madrid	Folclore e tradições
50	c.13/03/1945	Escola de esqui na Serra da Estrela	Outras escolas
53	c.21/12/1945	A festa anual de Monsanto	Folclore e tradições
59	c.28/06/1946	As comemorações do xx aniversário da Revolução Nacional: Em Braga. No Porto. Em Lisboa	Desfiles e paradas
79	c.23/09/1948	Museu de Arte Popular	Museus e Património
92	c.28/09/1950	Uma modelar colónia infantil de férias	Outras escolas
93	c.28/12/1950	O Cortejo de Oferendas em Castelo Branco	Folclore e tradições

Fonte: *Jornal Português*.

Desde logo, uma série de eventos públicos, de *desfiles e paradas*, configuram a enorme variedade de temas e abordagens dentro desta estratégia de ocupação e controle do espaço público. Desde o Carnaval, até aos mais mezinhos atos públicos, tudo passará a ser dominado pelo Estado Novo... e captado pela câmara do operador da SPAC. Neste sentido, desde a invenção das tradições à retomada das procissões e manifestações religiosas e, até mesmo, à criação e recriação de eventos políticos dominados agora pela Legião Portuguesa ou pela Mocidade Portuguesa, tudo marca um novo ritmo. Esse novo ritmo é o da eternidade e essencialidade de Portugal.

Deste modo, a insistência no caráter tradicional dos eventos, a procura da captação do pitoresco, remete para a comprovação da alma portuguesa. Exemplo disso são todos os atos e filmagens no âmbito de Monsanto, a mesma que o SNI corou como a «aldeia mais portuguesa de Portugal».

Mas não apenas de alma, poesia e mistério se faz um país. Ao mesmo tempo, como que a compor um currículo variado e o mais completo possível, existem também remissões o mais educativas possível, para os aspetos da Física, da Química, da Biologia e da Zoologia. A passagem por fábricas, por laboratórios, por exposições, permite ainda que as atualidades cinematográficas se configurem na orbita pedagógica, sempre com algo para *ensinar* aos seus espetadores.

O mesmo acontece nas visitas a museus e outras exposições de caráter artístico e patrimonial, sendo de salientar o Museu de Arte Popular. Neste museu se materializava por completo o desejo de folclorização de uma nação, assim representada a olho nu e em materiais reconhecíveis, na sua singularidade, por todos os visitantes, mesmo que não tinham sido alfabetizados. Ressalta ainda, no âmbito da educação não formal, a referência à educação infantil, sendo o Estado Novo, até então, o maior promotor de estruturas de apoio à primeira infância. Fernanda de Castro, esposa do diretor do SPN/SNI, dedicou-se especialmente a esta causa.

Em toda esta fervilhante paisagem educativa encontramos ainda a coqueluche do regime: a Exposição das Comemorações Centenários. Este evento é anunciado no JP com um ano de antecedência e vão sendo dadas informações sobre a concretização deste projeto megalómano. Praticamente todo o ano de 1940 é dedicado à apresentação de curtas feitas neste recinto. Mais uma vez, sublinha-se a criação de uma imagem de nação culturalmente homogênea apesar das variações regionais, de um país com tradições fundas e uma vontade de independência multissecular. E sobretudo de um país que não se esgota nas fronteiras terrestres, mas antes se espraia por regiões que pouco conhecem: Açores, Madeira, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa, Timor... Tudo o que compõe a vasta Secção Colonial. Mas um país pacífico, que se irmanou quer com a vizinha Espanha, quer com o Brasil.

5.2.2. O cinema e sua auto e metanarrativa

Segundo passarei a defender, o JP contém uma auto e metanarrativa sobre a sua atuação como meio educativo audiovisual, produzindo mesmo uma contranarrativa da própria propaganda. Com efeito, estabelece-se desde os primeiros números uma espécie de história paralela do cinema, na qual os acontecimentos sociais e políticos são relegados em favor de uma história da arte. Os resultados podem ser abreviados na informação patente no Quadro III:

QUADRO III. O cinema como educação não formal.

n.º	Data	Título	
1	c.21/02/1938 e.05/03/1938	Visitantes Ilustres [Barão Valentim de Mandelstamm]	Críticos
2	c.28/03/1938	14 quilos de trotil destroem uma chaminé de 45 metros em Alhandra	Cinema português
8	c.27/04/1939	Cinematografia nacional [rodagem de <i>Feitiço do Império</i>]	Filmagens
11	c.13/10/1939	Annabela e Tyrone Power em Lisboa	Atores
12	c.21/12/1939	Vedetas do cinema em Lisboa [Simone Simon, Jan Kiepura e Martha Eggerth]	Atores
13	c.07/02/1940	Vedetas do cinema em Lisboa [Robert Montgomery]	Atores
17	c.29/06/1940	Uma estreia de gala [<i>Feitiço do Império</i>]	Estreias
25	c.27/03/1941	Lisboa. Porta da Europa e os que a visitam: Wendie Wilkie Laurence Olivier e Vivian Leigh García Viñolas Josephine Baker	Atores Realizadores
27	c.03/07/1941	O ator Louis Jouvet em Lisboa	Atores
28	c.17/09/1941	Lilian Harvey em Lisboa	Atores;
45	c.26/05/1944	Um grande filme histórico espanhol	Filmagem
46	c.11/07/1944	No Porto. Um torneio medieval para o filme <i>Inês de Castro</i>	Filmagem
48	c.02/09/1944	O contrato coletivo da distribuição de filmes	legislação
61	c.04/10/1946	Cinema. A entrega dos prémios cinematográficos do SNI	Prémios
63	c.16/11/1946	Cinema Português. A estreia de gala do filme <i>Camões</i>	Estreias
69	c.28/07/1947	A Sr.ª de Perón em Lisboa	Atores
73	c.13/08/1948	A distribuição dos prémios de Cinema	Prémios

Fonte: *Jornal Português*.

O primeiro número do JP inclui uma «uma tentativa de crónica que depois não teve continuidade» — «Visitantes ilustres» —, a qual mais tarde será substituída por «Vedetas do cinema em Lisboa», também rapidamente descontinuada. Neste número inaugural consta uma entrevista ao barão Valentim de Mandelstamm, escritor franco-russo especialista em cinema a nível mundial. É esta mesma autoridade quem «declara então que Portugal tem condições naturais favoráveis ao

cinema, além de tranquilidade e calma»⁴⁷, formando um «tempo do *intervalo*», esse que «interrompe o tempo histórico» e investe numa «profundidade temporal que pode reivindicar a memória da arte que se produz»⁴⁸. É justamente este gesto que será consecutivamente replicado ao longo da produção destas atualidades cinematográficas.

Já antes, António Ferro — primeiro a título individual, depois como jornalista do *Diário de Notícias* e finalmente reforçando a sua posição como Secretário da Propaganda Nacional — defendera a posição privilegiada de Portugal para a produção cinematográfica. Em particular, nas crónicas resultantes da viagem a Hollywood em 1927, alvitrava:

Se há país, na Europa, com condições para metrópole do cinema, para uma segunda edição de Hollywood, esse país é Portugal. As mesmas condições de luz, o mesmo clima temperado, a mesma abundância de cenários naturais, Portugal — e não há arrojo nesta afirmação — é a Califórnia do velho mundo⁴⁹.

Se revertermos a transmissão deste conteúdo exclusivamente a título de educação não formal, fica evidente esta técnica cinemática de fazer com que uma autoridade enuncie exatamente o que interessa à razão de Estado, tornando indiscutível a informação assim transmitida. Para tanto, são quebradas as regras de ouro das atualidades cinematográficas, visto que a narração é substituída pelo discurso direto. Este é certamente um dos exemplos que leva José Manuel Costa a identificar o JP como uma série atualidades cinematográficas, mas em que são detetadas inúmeras irregularidades⁵⁰. Embora voltem a ser interpeladas outras personalidades internacionais — nomeadamente García Viñolas⁵¹, o responsável pelos congéneres NO-DO espanhóis —, não mais se tornará a escutar a voz dos entrevistados. Em qualquer caso, parece notório o modo como, no primeiro número, o JP se procurou demarcar de géneros e impor a *razão da arte*.

No número seguinte, a mensagem da arte pela arte é ainda exponenciada — contraditoriamente a toda a razão de ser assumida por todos os dirigentes da propaganda e pelo próprio António Lopes Ribeiro, na defesa pública da necessidade de criar para Portugal atualidades cinematográficas. Trata-se de uma pequena peça que poderá escapar ao espetador mais incauto, «14 quilos de trotil destroem uma chaminé de 45 metros em Alhandra», em que uma chaminé de fábrica é destruída... e, pelo «milagre do cinema», novamente reconstruída⁵², numa uma citação direta de um dos clássicos do cinema, *Demolition dun Mur* (1896), dos irmãos Lumière.

⁴⁷ JP, n.º 1, c.21/02/1938.

⁴⁸ PAZ: «A construção da memória histórica», p. 49.

⁴⁹ FERRO, António: *Hollywood, capital das imagens*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1935, p. 122.

⁵⁰ COSTA, José Manuel: «O Documentário ausente», *Revista de Comunicação & Linguagens*, 9 (1989), pp. 97-102.

⁵¹ JP, n.º 25, c.27/03/1941.

⁵² JP, n.º 2, c.28/03/1938.

Todavia, a sequência trará conteúdos menos poéticos ou pelo menos não tão evidentes em matéria da metanarrativa do cinema. Após alguns números sem fazer menção direta ao cinema, no ano de 1939 iniciam-se no JP duas tendências que não mais abandonarão a série. Desde logo, as atualidades cinematográficas passam a incluir também notícias sobre a produção cinematográfica recente (seja de filmes ainda em rodagem, seja da sua estreia)⁵³ como também sobre atores famosos, que por essa época estavam de passagem por Lisboa, porta giratória da Europa em pleno conflito europeu⁵⁴. Neste rol de celebridades se inclui a própria Senhora Perón (JP, n.º 69, c.28/07/1947). O conhecimento dos atores, dos filmes em que estão envolvidos e até das diatribes das suas vidas profissionais (e pessoais) torna-se assim também um conteúdo específico e um conhecimento legítimo e necessário num certo círculo.

O terceiro tópico que se impõe é, assim, a *eventualização* da rodagem de um filme. Para os aficionados da sétima arte, a criação de condições de produção nacional poderia ser um acontecimento importante, mas ao colocar no noticiário que antecedia a fita torna-se um duplo gesto de informação e de motivação para a assistência ao futuro filme, difundido agora a todo o tipo de assistentes. Não era de pouca monta o entusiasmo colocado na rodagem de filmes nacionais, visto que o panorama cinematográfico português primava ainda pelo amadorismo, mesmo com o esforço colocado pessoalmente por António Ferro na dotação de um orçamento capaz de garantir a profissionalização do setor. Se voltarmos aos comentários do Secretário da Propaganda Nacional, percebemos melhor que as condições naturais para o cinema, as quais tinham sido sempre mui exaltadas, de nada valiam sem um *metteur en scène*.

Que se tem feito com essa riqueza, com este Portugal fotogénico, todo ele um *studio* de norte a sul? Nada ou quasi nada. Tentativas dispersas, simpáticas, mas sem continuidade. Faço justiça a todos os heróis da primeira idade do cinema, a todos esses “bandeirantes” do cinema que têm procurado abrir caminho, sem amparo nem estímulo, no matagal da rotina⁵⁵.

Fugiam a esta regra Leitão de Barros, de longe o realizador favorito de António Ferro, mas também tomado por independente e esquivo, e António Lopes Ribeiro, responsável pela montagem e edição de cada um dos números do JP. É assim, neste contexto, que é reportada a gravação da intriga de ficção de *O feitiço do Império*, filme apoiado diretamente pela Agência Geral das Colónias. Talvez não se esperasse verdadeiramente o fracasso de bilheteira, visto que o elenco era composto, entre outros, pelo ator cómico português António Silva. Experiências anteriores de encomendas foram igualmente malogradas, caso paradigmático do próprio *A Revolução de Maio*, filme de exaltação do Estado Novo pago pelo SNI,

⁵³ JP, n.º 8, c.27/04/1939; n.º 46, c.11/07/1944.

⁵⁴ JP, n.º 11, c.13/10/1939; n.º 12, c.21/12/1939; n.º 13, c.07/02/1940; n.º 25, c.27/03/1941; n.º 27, c.03/07/1941; n.º 28, c.17/09/1941.

⁵⁵ FERRO: *Hollywood*, pp. 122-123.

da autoria de Ferro e Lopes Ribeiro⁵⁶. *O Feitiço do Império*, de acordo com o texto narrado, «visa uma missão altamente pedagógica e patriótica, pois se destina a dar uma expansão por toda a parte onde portugueses vivam e possam por ele ser informados das riquezas e belezas, sedutoras como nenhuma, das terras de Portugal d'Além-Mar». Se dúvidas houvesse ainda sobre a perspetiva educativa com que o JP era organizado, elas seriam agora inteiramente dissipadas, tanto mais que nesta película, podemos ver — ainda que somente por breves momentos, sublinhados pela locução — o próprio Lopes Ribeiro. E também se dúvidas houvesse ainda sobre como se esperava que este filme contribuísse para o despertar do cinema nacional, é também com desassombro que a propaganda mostra o potencial do cinema.

Procura-se igualmente, com o «Feitiço do Império», mais uma vez, provar que a indústria cinematográfica portuguesa, sendo embora a quantidade dos seus trabalhos ainda reduzida, vai adquirindo, com a sua qualidade, uma categoria superior que, se não atinge as expressões de perfeição dos grandes centros produtores universais, já ultrapassa, nesse particular — justo é dizê-lo e louvá-lo —, aquelas de países mais ricos em recursos e número de habitantes, e portanto com maiores possibilidades, por maiores vantagens, na exploração comercial dessa indústria⁵⁷.

Ao mesmo tempo, materializava-se de uma outra forma o que António Ferro já chamara a atenção e deixara publicado em letra de forma, transmitindo uma visão da orgânica e da quantidade de recursos materiais e humanos envolvidos no cinema americano:

Aquelas setenta mil pessoas formadas, alinhadas, comandadas pelo chairman, que anunciava o programa sobre o tablado, focaram-se para mim, como o exército imenso do cinema: um exército disciplinado, temível, disposto a engrandecer-se, a destruir o arco-íris, a fazer rolar o globo, silenciosamente, sem revoluções nem discursos, a arrancar-lhe as tintas, a reduzi-lo ao claro-escuro, ao encantamento do écran. De facto, cada uma daquelas setenta mil pessoas era um soldado do cinema: maquinistas, carpinteiros, operadores, comparsas, artistas, diretores, jornalistas, espetadores, simples amorosos das estrelas, que também servem o cinema, que lhe alimentam o fogo, que são capazes de se matar par afazerem a publicidade das grandes stars, que constituem a 'ala dos namorados' de Hollywood...⁵⁸.

Agora, também os espetadores portugueses poderiam vislumbrar a quantidade de pessoal técnico necessário para colocar em andamento uma única cena de um filme, desde o realizador ao maquiador.

⁵⁶ Veja-se RIBEIRO, Carla: «O cinema do SPN/SNI — o ideal de Ferro, a realidade de chumbo», *O Olho da História*, Salvador, 15 (2010), [pp. 8] e ss.

⁵⁷ JP, n.º 8, c. 27/04/1979. Foi disponibilizada uma cópia em <https://www.youtube.com/watch?v=Xa09vLPO-pw&t=115>

⁵⁸ FERRO, António: *Hollywood, capital das imagens*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1935, p. 45.

Só em 1944, o JP volta à rodagem de um filme, desta feita a produção luso-espanhola de *Inês de Castro*, concretamente a rodagem da cena do torneio medieval, na cidade do Porto. Conhece-se hoje o modo tenso como esta produção da irmandade ibérica decorreu, sem suporte financeiro do Estado português, sendo esta cena do torneio apoiada pelo *Jornal de Notícias*. A maior parte do filme foi, porém, rodada em Madrid, perante um Leitão de Barros eternamente irritado com o seu congénere García Viñolas⁵⁹. Nesta como em muitas outras circunstâncias, as atualidades cinematográficas apenas mostram a face da conveniência.

Salvague-se ainda que esta peça faz parte do rol de 13 assuntos reportados como tendo sido entregues à agência NO-DO de Madrid em 1944, ao abrigo do «acordo estabelecido, por recomendação do SPN». Este intercâmbio e todos os envios e atualidades cinematográficas recebidas estão reportadas no «Relatório sobre a Edição do “Jornal Português”», assinado pelo Gerente da SPAC, Francisco Correia de Matos⁶⁰, e redigido em 1951, nas vésperas do encerramento do JP. Ao abrigo do acordo entre a SPAC e a agência produtora dos NO-DO's foram efetivamente trocadas diversas películas. Por sua vez, não se encontra nesse relatório o que poderá ser também material deste intercâmbio, o noticiário de rodagem de «Um grande filme histórico espanhol»⁶¹.

Subsequente à rodagem, seria então a estreia. Tornando um ato cada vez mais glamouroso, a estreia de diferentes filmes passou a ser alvo de uma notícia do JP, mostrando bem a imagem de apoio transmitido à difusão destes filmes, de produção nacional e nacionalista: *O Feitiço do Império*⁶² e *Camões*⁶³.

Marcando também o apoio à produção cinematográfica portuguesa, o JP assinala ainda em 1944 «O contrato coletivo da distribuição de filmes», celebrando uma série de medidas com que António Ferro se despede do consulado da Cultura e que levarão à criação do chamado Fundo de Cinema em 1948⁶⁴.

Por último, como sinal ainda do cunho indelével de Ferro à frente do SNI, o JP consagra também os galardões atribuídos aos filmes portugueses em 1946 e 1948, após vários anos em que estes prémios legitimaram, junto do regime, o trabalho de escritores. Era também uma outra forma de mostrar a atualidade da sétima arte.

Em suma, o JP mostra na sua auto e metanarrativa, o modo como as atualidades cinematográficas, apesar do seu cunho propagandístico, não descaram a ligação ao cinema enquanto sétima arte. O postulado estético, curiosamente, explicita-se menos pela insistência na criação de um material impenetrável, codificado e assente na beleza dos artefactos, mas antes pela demonstração da «magia»

⁵⁹ LEITÃO DE BARROS, Joana e MANTERO, Ana: *Leitão de Barros: A biografia roubada*, Lisboa, Bizâncio, 2019, pp. 163-170.

⁶⁰ Publicado em CINEMATECA PORTUGUESA: *Jornal Português: Revista de Atualidades, 1938-1951* [booklet de DVD], pp. 32-44.

⁶¹ JP, n.º 45, c.26/05/1944.

⁶² JP, n.º 17, c.29/06/1940.

⁶³ JP, n.º 63, c.16/11/1946.

⁶⁴ PAZ e O: «O espetador de cinema é um ser passivo», pp. 126-131.

do cinema, o seu caráter fortuito, construído e efêmero. Em termos estritamente educacionais, implica tal asserção que o cinema era ele mesmo alvo de uma propaganda, em que era preciso ensinar ao público a disposição certa de gosto.

5.3. *Educação informal*

Por último, sobre a educação informal poderemos apenas especular sobre os processos que foram provocados pelo visionamento destas atualidades cinematográficas, quer ainda pelo que sucede no interior destas ações que a câmara segue e a locução narra e recria.

Deve aliás ser reconhecido, neste ponto, a notória dificuldade que foi verificada na identificação de matérias suscetíveis desta qualificação, visto que nada no JP remete para o acaso. É todavia possível encontrar a remissão de processos de educação informal a dois títulos. De uma parte, na transmissão familiar e comunitária que está subjacente a muitos dos eventos folclóricos e tradicionais. Por muito que o Estado Novo e o SPN/SNI tenham moldado e recriado os hábitos e produções tradicionais, o gesto apresentação pública representa também as décadas e séculos que antecedem esse mesmo momento.

Além disso, de outra parte, há ainda um trabalho de concretização de ambientes devidamente estilizados e que podem surtir aprendizagens, como é o caso das iniciativas de turismo que são sobretudo retratadas a partir da criação do SNI.

O importante a salientar é que a educação tipicamente vivida em família, grupos de amigos e comunidades só é retratada de modo abstrato, não tendo sido possível identificar casos concretos.

6. **Notas conclusivas**

A investigação carreada a partir dos conceitos de educação formal, não formal e informal, com uma identificação sistemática de todos os elementos visuais e sonoros das atualidades cinematográficas do Estado Novo, veio sistematizar a modificar a impressão que antes me ocupava. De facto, convencera-me que o JP primava inteiramente pela educação não formal, constituindo uma contradição ao que o Estado Novo apregoava. Se é verdade que o material sobre escolas é de facto muito diminuto se compararmos com os ambientes de educação não formal que são propostos, ainda assim é bastante significativo. Sobretudo, opera-se o mais das vezes uma sobreposição de processos não formais em ambientes formais.

Uma das regularidades discursivas mais evidentes e convincentes mais impressivas prende-se com o modo como a educação formal é constantemente interrompida por eventos e festividades, criando uma disrupção na formalidade e introduzindo mesmo uma potência de sobreposição de outros processos de aprendizagem não formal e informal. Ao mesmo tempo, prevalece o modo

como a educação não formal se apresenta, nas películas do JP, como a modalidade educativa prevalecte, e também aquela que garante uma eficiência e eficácia de comunicação, ensino e aprendizagem, sem barreiras sociais, económicas, geográficas, de géneros ou etnias. A todos, de alguma forma, era possível ensinar algo a partir de comemorações público, estabelecendo esse contrato de ocupação das ruas e de criação de conteúdos de aprendizagem próprios do Estado Novo, como se de um currículo a céu aberto se tratasse. A educação não formal, se ousarmos usar estes termos nestes contextos de ditadura pró-fascista, é apenas uma tecnologia que permite levar a bom porto o desiderato do Estado Novo.

Tanto a educação formal e como a não formal configuram assim investimentos do Estado Novo, ao contrário da educação informal. Em particular, a aposta na máquina de propaganda do Estado Novo Português permitiu dar a conhecer diversas formas de ensino-aprendizagem, mas sem que os conteúdos de *como se faz* fossem explicitados. O cinema de propaganda investe sobretudo na representação e exaltação das diferentes possibilidades de educação não formal. Por sua vez, verificou-se alguma dificuldade em identificar exemplos inequívocos de educação informal. Conclui-se que a aposta do Estado Novo se situava no âmbito da educação não formal, sobre a qual deixou inúmeros contextos.

Encontramos, assim, a construção segura de violência simbólica, através de um formato constante, em que se alinham matérias concernentes à boa cidadania e à aceitação das premissas da nação portuguesa. O carácter ritual, repetido, constante e expansivo não permite alternativas e, neste sentido, o anacronismo — ao usar conceitos que não eram ainda usados na realidade dos atores sociais envolvidos neste objeto cultural — mostra-se profícuo. As atualidades cinematográficas revelam-se, neste aspeto, o mais importante objeto resultante da ligação entre propaganda, cinema e a trilogia educativa.